

Estudo de Impacte Ambiental

**Areias de Santo Amaro
(208/RN)**

Resumo Não Técnico



Proponente:

José Almerindo Ramos Freitas

Outubro de 2021

Informação sobre o documento e autores

Proponente	José Almerindo Ramos Freitas Pico dos Louros, São Pedro – km 2 9800-505 Velas, São Jorge ☎ +351 91 857 14 54 ✉ almerindojose@hotmail.com
Descrição do Documento	Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental das Areias de Santo Amaro (208/RN)
Versão	1.0
Referência do Ficheiro	RTXXI_13_RNT-EIA_JAF
N.º de Páginas	19
Execução do Estudo	LabGeo – Engenharia e Geotecnologia Estrada dos Portões Vermelhos, 20, Fração 21 9560-450 Rosário, Lagoa ☎ 96 373 02 87 ✉ info@labgeo.pt
Coordenador do Estudo	Diogo Caetano
Data	Outubro de 2021

Índice

1	Introdução	1
1.1	Resumo Não Técnico – O que é?	1
1.2	O Porquê do Estudo de Impacte Ambiental	1
1.3	Identificação do Projeto, Proponente e Entidade Licenciadora	1
2	Descrição do Projeto	2
2.1	Enquadramento Geográfico	2
2.2	Objetivo do Projeto	2
2.3	Descrição Sumária do Projeto	3
2.3.1	Fase de Construção	4
2.3.2	Fase de Exploração	4
2.3.3	Fase de Desativação	4
3	Caracterização da Situação de Referência	6
3.1	Geologia e Geomorfologia	6
3.2	Solos	7
3.3	Hidrogeologia e Recursos Hídricos	7
3.4	Ecologia	7
3.5	Qualidade do Ar	8
3.6	Ambiente Sonoro	9
3.7	Paisagem	9
3.8	Condicionantes e Ordenamento do Território	9
3.9	Socioeconomia	10
4	Principais Impactes Gerados pelo Projeto	11
4.1	Impactes Negativos e Medidas de Minimização	11
4.2	Impactes Positivos e Medidas de Potenciação	13
5	Considerações Finais	16

1 Introdução

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto de exploração das **Areias de Santo Amaro** (Plano de Pedreira das Areias de Santo Amaro) na ilha de São Jorge.

1.1 Resumo Não Técnico – O que é?

O Resumo Não Técnico consiste num documento de suporte à participação pública, que descreve de forma resumida as informações que constam no Estudo de Impacte Ambiental, visando os aspetos mais relevantes do projeto e os impactos decorrentes da sua implementação e fazendo uso de uma linguagem simples e acessível, de modo que seja perceptível ao público em geral.

Para informações mais detalhadas sobre o projeto e os seus possíveis impactos deverá consultar o EIA que se encontra disponível na página de consulta pública do Governo Regional dos Açores: <https://portal.azores.gov.pt/web/gov/consultas>.

1.2 O Porquê do Estudo de Impacte Ambiental

A principal missão de um EIA é a avaliação das consequências que um determinado projeto tem sobre o ambiente da região no qual se insere, definindo medidas de minimização para os efeitos negativos e medidas de potenciação para os efeitos positivos.

O projeto de exploração das Areias de Santo Amaro encontra-se sujeito ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental por corresponder a pedreira com área superior a cinco hectares.

1.3 Identificação do Projeto, Proponente e Entidade Licenciadora

O EIA incide sobre o projeto de exploração de areias de bagacina – Plano de Pedreira das Areias de Santo Amaro – o qual se encontra em fase de projeto de execução.

Constitui-se como proponente deste projeto José Almerindo Ramos Freitas, empresário com morada em Pico dos Louros, São Pedro – km 2, 9800-505 Velas, Ilha de São Jorge.

A entidade licenciadora desta tipologia de projeto é a Direção Regional do Comércio e Indústria, afeta à Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. A entidade responsável pelo processo de Avaliação de Impacte Ambiental – Autoridade Ambiental – é a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, afeta à Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

2 Descrição do Projeto

2.1 Enquadramento Geográfico

O projeto de exploração das Areias de Santo Amaro incide sobre uma área de 152 460 m², localizada na freguesia de Santo Amaro, concelho das Velas, ilha de São Jorge.

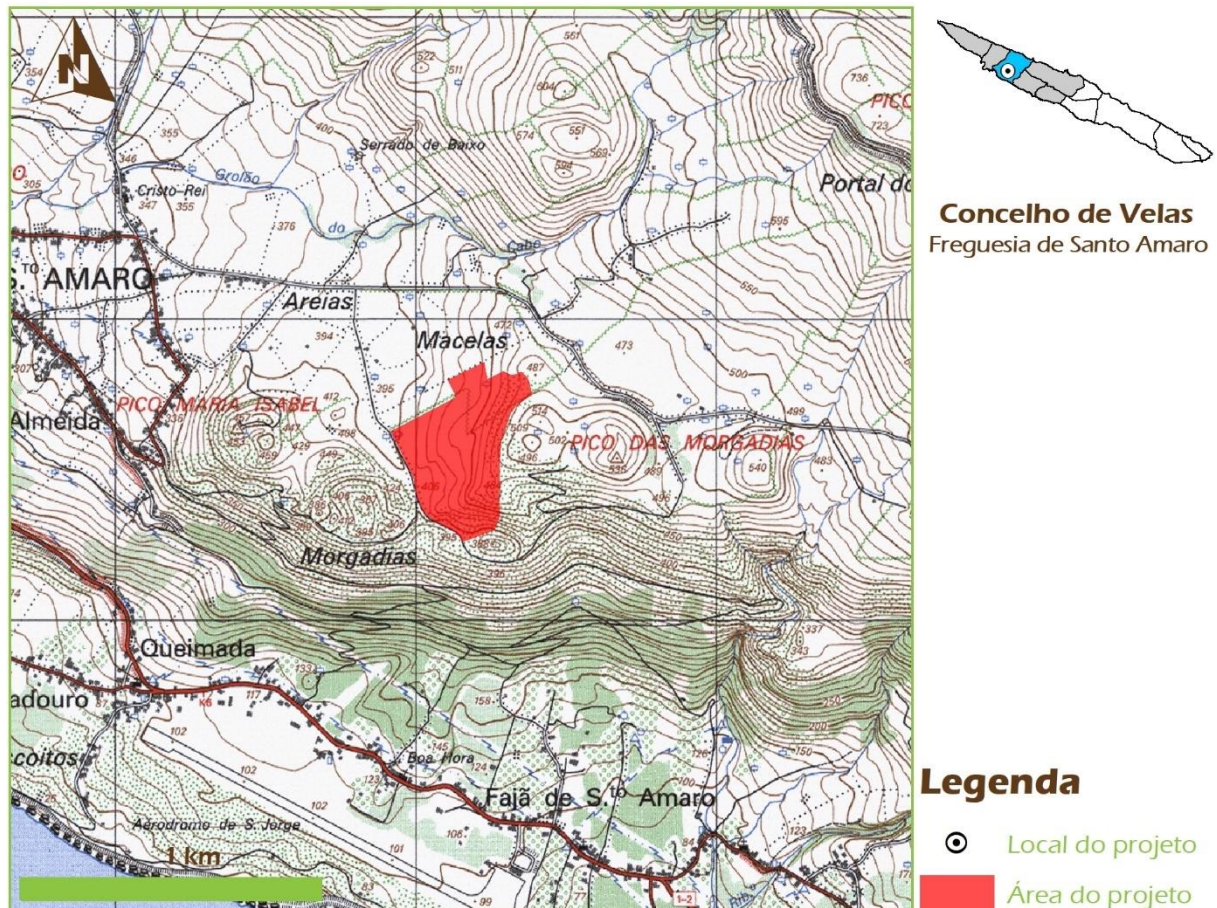


Figura 1 | Localização e enquadramento geral da área do projeto¹

2.2 Objetivo do Projeto

O projeto visa o licenciamento de uma exploração de areias de bagacina de cor negra, para comercialização enquanto produto tal e qual ou crivado, com vista à aplicação na construção civil e obras públicas.

¹ Instituto Geográfico do Exército, 2002. Carta Militar de Portugal, Velas (S. Jorge - Açores), Folha 15. Escala 1:25 000, Série M889. Edição 2. Lisboa.

Com o projeto proposto o empresário pretende assegurar o fornecimento do mercado, através do aumento de uma área atualmente licenciada (licença 208/RN), de 36 599 m² para 152 460 m², englobando terrenos contíguos não intervencionados e intervencionados (anteriores extrações do recurso mineral pretendido).

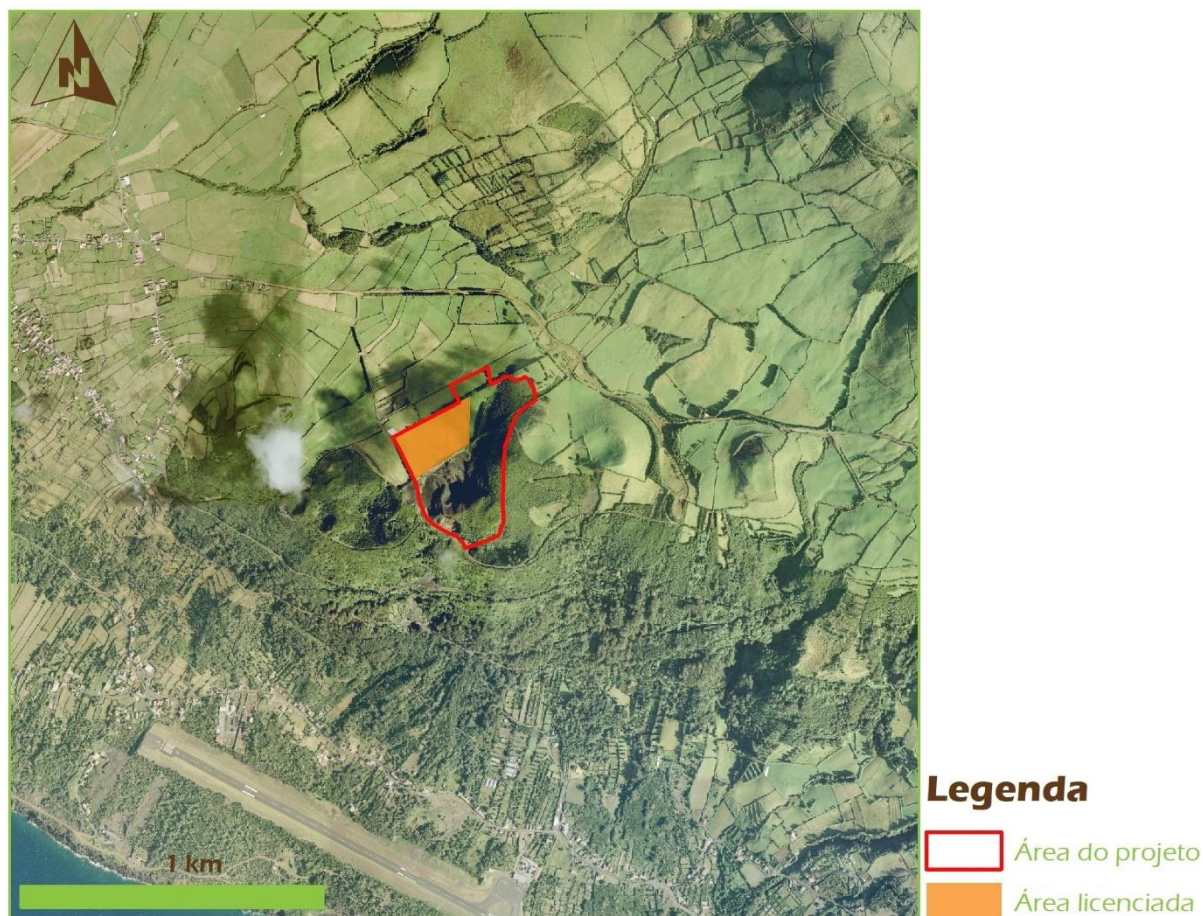


Figura 2 | Localização e enquadramento da área licenciada (licença 208/RN) no contexto da área do projeto²

2.3 Descrição Sumária do Projeto

O plano de pedreira (projeto) apresenta a descrição técnica dos trabalhos a realizar no âmbito da preparação da área (fase de construção), da exploração do recurso mineral (fase de exploração), da recuperação ambiental e paisagística da área e da desativação da exploração (fase de desativação). O projeto prevê uma área máxima de exploração de 141 651 m² e área de defesa, de salvaguarda face a prédios vizinhos e caminho, de 10 809 m².

² Base geográfica <http://sig-sraa.azores.gov.pt/SRAM/site/SRIT/>

2.3.1 Fase de Construção

Na fase de construção do projeto decorrem os trabalhos de preparação da área para exploração, como a remoção de solos e de coberto vegetal, a abertura de acessos internos e a implantação de estruturas de apoio. Os solos serão acondicionados no local, para posterior utilização nas tarefas de recuperação paisagística. A remoção de vegetação com estatuto de proteção só será realizada após autorização prévia a solicitar mediante aprovação do projeto.

2.3.2 Fase de Exploração

O desmonte do recurso mineral será realizado de leste para oeste, originando taludes com altura de 10 m e declive de 60-70° e um largo patamar final à cota de 400 metros, no sector oeste da área de exploração. A atividade extrativa é realizada com recurso a retroescavadora com pá carregadora e necessita de um mínimo de dois trabalhadores, um operador de máquinas e um transportador.

São estimadas reservas brutas na ordem de 1 435 828 m³ e cerca de 10% de materiais estéreis. Para efeitos de cálculo é considerada uma densidade média da massa mineral de 1,3 t/m³ e as seguintes estimativas de reservas brutas, recurso mineral e estéreis

Tabela 1 | Reservas prováveis da pedreira das Areias de Santo Amaro

Reservas	Volume	Massa
	m ³	t
Brutas	1 435 828	1 866 576
Recurso Mineral	1 292 245	1 679 919
Estéreis	143 583	186 658

Tendo em consideração o cálculo das reservas brutas da pedreira, a previsão da capacidade de desmonte e uma extração média anual de 50 000 m³, a exploração deverá decorrer durante 29 anos.

2.3.3 Fase de Desativação

Para a fase de desativação encontra-se projetada a regularização dos terrenos (aterros e solos), o revestimento vegetal e enquadramento paisagístico, a desativação e encerramento, que inclui a remoção das estruturas utilizadas na pedreira, e a manutenção e conservação do local no pós-projeto.

O setor leste da área de exploração será estabilizado em patamares, sendo os mesmos suavizados de forma a obter inclinações menores do que as desenvolvidas com a escavação máxima. O setor oeste da área será regularizado numa configuração aplanada à cota de 400 m. Para a reversão topográfica, serão acomodados e compactados cerca de 71 088 m³ de materiais resultantes do processo de exploração. Para o revestimento serão acomodados solos com características semelhantes às dos solos existentes na envolvente.

A zona leste da área de exploração, de configuração talude-patamar-talude, será recuperada em floresta nativa, sendo efetuado plantio de faia e urze. A zona oeste, de configuração aplanada será recuperada em pastagem.

As tarefas de recuperação ambiental e paisagística serão executadas de uma forma sequencial e contemporânea aos trabalhos de exploração do recurso mineral, visando a menor exposição superficial possível de área intervencionada. Uma vez que os trabalhos de exploração deverão terminar no final do ano 29, os trabalhos de recuperação ambiental e paisagística deverão prolongar-se durante mais um ano (ano 30). A área será vedada até à regeneração biofísica do local.

Tabela 2 | Cronograma dos trabalhos de recuperação ambiental e paisagística e dos trabalhos de exploração

Tarefa	1	2	3 - 28	29	30
	Anos				
Exploração dos recursos minerais					
Reversão topográfica					
Colocação de solo e regularização de terrenos					
Plantação de vegetação					
Desativação e encerramento					

3 Caracterização da Situação de Referência

Com o intuito de caracterizar a situação de referência da área do projeto, procedeu-se a uma recolha de informação bibliográfica e cartográfica, tendo esta sido devidamente complementada e validada com recurso a trabalho de campo.

Efetuiu-se uma descrição e caracterização dos diversos fatores ambientais suscetíveis de serem afetados pela implementação do projeto, apresentada sumariamente nos capítulos seguintes.

3.1 Geologia e Geomorfologia

A ilha de São Jorge ocupa uma área de 244 km², apresentando comprimento máximo de 55 km e largura máxima de 7 km. A geomorfologia da ilha de São Jorge é marcada pelo vulcanismo, que originou alinhamentos de cones vulcânicos, e pelas faixas litorais de arribas altas, com numerosas fajãs na sua base.

A área do projeto desenvolve-se, aproximadamente, entre os 385 e os 490 m de altitude, no flanco de um cone vulcânico, numa área onde é reconhecida a ocorrência de areias de bagacina de cor negra.



Figura 3 | Bagacina de granulometria fina (areias) e cor negra na área do projeto (novembro de 2018)

De um modo geral, a área de estudo encontra-se exposta a perigos vulcânicos decorrentes de erupções vulcânicas de baixa a moderada explosividade e, no que concerne a sismicidade, enquadra-se em área que registou intensidade máxima sentida de VIII – sismo fortemente danificante, na Escala Macrossísmica Europeia - 1998.

3.2 Solos

Considerando a capacidade de uso do solo, a área do projeto enquadra-se maioritariamente em espaço que compreende solos não aráveis com utilização potencial de pastagem melhorada, pastagem natural e/ou floresta e de reserva natural.

De acordo com a carta de ocupação do solo da Região Autónoma dos Açores, na área do projeto identificam-se as ocupações de prados/pastagens, áreas de extração de massas minerais e florestas de folhosas.

3.3 Hidrogeologia e Recursos Hídricos

A área do projeto enquadra-se maioritariamente na bacia hidrográfica da Ribeira da Granja, com foz na costa sul da ilha de São Jorge. A Ribeira da Granja apresenta regime de escoamento temporário e apresenta risco moderado de cheia.

A área de estudo enquadra-se numa massa de água subterrânea onde se encontram identificadas 40 nascentes e três furos. A área do projeto não abrange nenhum furo ou nascente, nem zonas de proteção a captações de água para consumo humano.

Considerando as zonas potenciais de recarga de aquíferos na ilha de São Jorge, na área do projeto predomina a classe de recarga de aquíferos elevada. Segundo a cartografia de vulnerabilidade à poluição das águas subterrâneas, na área do projeto predomina a classe de moderada vulnerabilidade à poluição. As cargas poluentes têm origem na atividade pecuária (risco de poluição elevado) e nas atividades agrícola e florestal (risco de poluição muito reduzido).

3.4 Ecologia

A área do projeto contempla áreas de escavação consolidada – que evidenciam escassa ocorrência de vegetação – amplas zonas de pastagem e ainda uma parcela de terreno com ocupação florestal, que apresenta maior cobertura em termos de vegetação arbórea e arbustiva, nomeadamente por parte de espécies nativas e endémicas, como a urze, louro e faia, sendo que as duas primeiras dispõem de estatuto de proteção legal na RAA.



Figura 4 | Aspeto das zonas de escavação consolidada, pastagem e de ocupação florestal da área do projeto

Relativamente à fauna, de entre as espécies identificadas ou cuja ocorrência é considerada provável na área de estudo, seis são endémicas dos Açores e encontram-se abrangidas por instrumentos legais. No entanto, todas estas espécies possuem estatuto de conservação para a RAA de pouco preocupante ou desconhecido.

3.5 Qualidade do Ar

A qualidade do ar é o termo que traduz o grau de poluição do ar atmosférico. Considerando que as pedreiras são das principais fontes emissoras de partículas em suspensão, o poluente PM_{10} (partículas finas em suspensão, com diâmetro inferior a $10\ \mu m$) é um dos poluentes com maior probabilidade de ser gerado na área de estudo.

De acordo com a caracterização da qualidade do ar da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020, não se verificaram excedências pontuais do valor limite diário ao nível das partículas em suspensão e os valores anuais registados foram, também, muito inferiores ao valor limite estabelecido por lei. De forma geral, os resultados da avaliação da qualidade do ar no que respeita ao poluente PM_{10} classificam este parâmetro como “Muito Bom”.

Em 2020, o índice global da qualidade do ar na Região Autónoma dos Açores teve a classificação de “Bom”, sendo o Ozono o poluente determinante para tal, uma vez que apresenta o índice mais baixo.

3.6 Ambiente Sonoro

Na área de estudo consideram-se como principais fontes sonoras que compõem o ruído ambiente, a circulação de máquinas e veículos inerentes às atividades de exploração das pedreiras e o tráfego rodoviário.

Na área de estudo não se identificam recetores sensíveis (edifícios habitacionais, escolares, hospitalares ou similares ou espaço de lazer, com utilização humana).

3.7 Paisagem

A área do projeto localiza-se numa zona de encosta relativamente declivosa e insere-se numa paisagem caracterizada por um planalto estreito, limitado por arribas altas, alternando zonas de pastagens aplanadas com picos revestidos por matos. A paisagem é aberta, apresentando uma relação franca com o mar e forte ligação ao canal e à ilha do Pico.

A acessibilidade visual à área do projeto a partir dos principais povoados e zonas habitacionais é reduzida ou nula, destacando-se que o miradouro do parque florestal das Macelas – ponto de vista mais próximo da área do projeto – não tem acessibilidade visual à mesma.

3.8 Condicionantes e Ordenamento do Território

Os condicionantes legais são adotados como reguladores do uso possível de determinadas áreas. Os condicionantes desta natureza em vigor na RAA e com aplicação específica na área de implantação do projeto surgem sintetizados na tabela seguinte.

Tabela 3 | Condicionantes legais com aplicação específica para a área do projeto

Área Temática	Tipo de Condicionante Legal
Património Natural	<u>Recursos Geológicos</u> <u>Reserva Ecológica</u>

Em função do uso sustentável dos bens e recursos locais, a generalidade dos condicionantes legais que se aplicam à área do projeto sujeitam ou restringem determinadas atividades e instalações, sendo estas avaliadas pelas entidades que aprovam projetos a desenvolver na área.

Por outro lado, os instrumentos de gestão territorial (IGT), pela sua própria natureza, estabelecem determinações de planeamento e desenvolvimento das áreas a que se destinam. Os IGT em vigor na RAA e com aplicação específica na área do projeto surgem sintetizados na tabela seguinte.

Tabela 4 | Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) com aplicação específica para a área do projeto

Âmbito	Instrumentos de Gestão Territorial
Regional	<u>Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores</u> Insere a área do projeto maioritariamente em área prioritária para a gestão de recursos minerais e em menor parte em outras estruturas ecológicas.
	<u>Plano de Ordenamento Turístico da RAA</u> Insere a área do projeto em espaços de potencial conflito, que correspondem a áreas sem vocação turística.
	<u>Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da RAA</u> Insere a área do projeto maioritariamente em área de gestão (área preferencial destinada à extração de recursos minerais) e em menor parte em espaço interdito à atividade extrativa, devido, fundamentalmente, à classificação da área enquanto espaço afeto à reserva ecológica.
Municipal	<u>Plano Diretor Municipal das Velas</u> Enquadra a área de implantação do projeto maioritariamente em espaços florestais de proteção e em menor parte em espaços florestais de produção e em espaços agrícolas de uso arável permanente. Indica o local como espaço para indústria extrativa.

3.9 Socioeconomia

A ilha de São Jorge, com 8 381 residentes, concentra 3,5% da população dos Açores. Do mesmo modo que no cenário regional, na ilha de São Jorge o sector terciário é o que emprega maior percentagem de população (próximo dos 62%), seguido do sector secundário (cerca de 26%) e do sector primário (cerca de 12%).

O tecido empresarial regional é constituído por 28 387 empresas, 1 258 das quais concentradas na ilha de São Jorge. A agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (42,5%); o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (13,0%); o alojamento, restauração e similares (9,0%); e as atividades administrativas e dos serviços de apoio (7,9%), concentram mais de metade do sector empresarial da ilha de São Jorge.

A nível regional, as indústrias extrativas representam apenas 0,1% do volume de negócios. Contudo, para esta atividade económica, não existem dados disponíveis para a ilha de São Jorge.

4 Principais Impactes Gerados pelo Projeto

4.1 Impactes Negativos e Medidas de Minimização

O EIA identifica os impactes que prevê venham a ser gerados como consequência da implementação do projeto.

No contexto da fase de construção, as atividades relacionadas com a preparação da área para a fase de desmonte (fase de exploração) implicarão impactes negativos, embora tendencialmente de reduzida significância. Destaca-se a este nível, o impacte negativo e significativo sobre a Ecologia, referente à remoção de vegetação nativa e endémica, nomeadamente urze, faia e louro.

Na tabela seguinte identificam-se os vários impactes negativos identificados para a fase de construção do projeto.

Tabela 5 | Impactes negativos do projeto – fase de construção

Fator Ambiental	Impacte
Geologia e Geomorfologia	Erosão e dispersão de massa mineral
Solos	Erosão e dispersão de solos
	Alteração das características naturais dos solos
	Contaminação de solos
	Alteração da ocupação do solo
Hidrogeologia e Recursos Hídricos	Contaminação de águas subterrâneas
Ecologia	Remoção de espécimes vegetais nativos e endémicos
	Morte de espécimes faunísticos por colisão ou esmagamento
	Perturbação de espécimes faunísticos
Qualidade do Ar	Emissão de poluentes atmosféricos
Ambiente Sonoro	Produção de ruído
Paisagem	Descontinuidade visual e cénica da paisagem local
Condicionantes e Ordenamento do Território	Condicionamento e alteração do uso do solo

No contexto da fase de exploração, os impactes negativos significativos identificados ocorrerão ao nível da Geologia e Geomorfologia, estando relacionados com o consumo de um considerável volume de bagacina e com a alteração da morfologia da área de exploração, e ao nível da Paisagem, estando relacionado com as intrusões visuais e alterações associadas à exploração da pedreira. Na tabela seguinte identificam-se os vários impactes negativos identificados para a fase de exploração do projeto.

Tabela 6 | Impactes negativos do projeto – fase de exploração

Fator Ambiental	Impacte
Geologia e Geomorfologia	Consumo de recurso mineral
	Geração de grande volume de estéréis
	Erosão e dispersão de massa mineral
	Alteração da morfologia da área de exploração
Solos	Alteração da ocupação do solo
Hidrogeologia e Recursos Hídricos	Contaminação de águas subterrâneas
Ecologia	Morte de espécimes faunísticos por colisão ou esmagamento
	Perturbação de espécimes faunísticos
Qualidade do Ar	Emissão de poluentes atmosféricos
Ambiente Sonoro	Produção de ruído
Paisagem	Disrupção visual associada à exploração da pedreira
Condicionantes e Ordenamento do Território	Condicionamento e alteração do uso do solo

Na fase de desativação do projeto, o EIA perspetiva alguns impactes negativos, embora pouco significativos. Na tabela seguinte identificam-se os vários impactes negativos identificados para a fase de desativação do projeto.

Tabela 7 | Impactes negativos do projeto – fase de desativação

Fator Ambiental	Impacte
Geologia e Geomorfologia	Erosão e dispersão de materiais de aterro
	Alteração da morfologia da área de exploração
Solos	Erosão e dispersão de solos
	Contaminação de solos
Hidrogeologia e Recursos Hídricos	Contaminação de águas subterrâneas
Qualidade do Ar	Emissão de poluentes atmosféricos
Ambiente Sonoro	Produção de ruído

Na sequência dos impactes negativos identificados, foram definidas as seguintes **medidas de minimização**, com o objetivo de atenuar ou compensar os efeitos dos impactes:

- Promover uma adequada gestão e manuseamento dos resíduos e outros produtos potencialmente poluentes, nomeadamente, óleos e combustíveis, através da sua recolha, separação e encaminhamento para destino final adequado, reduzindo a possibilidade de ocorrência de situações acidentais (ex. derrames);
- Manutenção regular e verificação periódica dos equipamentos motorizados utilizados nos trabalhos do projeto, em estaleiro ou em outro local apropriado para tal;

- Aspersão hídrica, de forma periódica, dos acessos internos e outros locais onde possa ocorrer a produção e acumulação de poeiras;
- Implementação e manutenção de cortina arbórea em torno da área de pedreira, designadamente ao nível do seu quadrante oeste;
- Restringir a atividade desenvolvida na pedreira ao período diurno;
- Realizar um adequado acondicionamento e armazenamento dos solos movimentados, protegendo-os da erosão eólica e hídrica, com vista à posterior utilização no contexto dos trabalhos de recuperação paisagística;
- Aplicação dos materiais estéreis resultantes dos trabalhos de desmonte nos trabalhos de recuperação ambiental e paisagística, nomeadamente em aterros;
- Promover um adequado acondicionamento e armazenamento dos materiais estéreis, protegendo-os da erosão eólica e hídrica, com vista à posterior utilização no contexto dos trabalhos de recuperação paisagística;
- Acondicionar adequadamente a massa mineral nos veículos de transporte, aquando da sua expedição, procedendo à sua cobertura e não excedendo a capacidade de carga das viaturas;
- Implementação imediata e de forma integrada, desde a fase inicial da exploração, de operações de recuperação paisagística, promovendo, a todo o momento, a menor exposição possível de área descoberta;
- A circulação de equipamentos motorizados de carga e transporte necessários ao desenvolvimento das diferentes ações deverá restringir-se aos acessos existentes e criados para o efeito;
- Replantação de espécimes de vegetação nativa e endémica que venham a ser removidos localmente.

4.2 Impactes Positivos e Medidas de Potenciação

Na avaliação dos impactes gerados pela implementação do projeto, o EIA identifica também impactes positivos.

No contexto da fase de construção, o EIA identifica um impacto positivo e pouco significativo com incidência no fator ambiental Socioeconomia, identificado na tabela seguinte.

Tabela 8 | Impactes positivos do projeto – fase de construção

Fator Ambiental	Impacte
Socioeconomia	Criação/manutenção de postos de trabalho

No decorrer da fase de exploração são identificados impactes positivos na Hidrogeologia e Recursos Hídricos e Socioeconomia, destacando-se o impacte positivo e significativo relacionado com a produção de recurso mineral com elevado valor socioeconómico. Na tabela seguinte identificam-se os impactes positivos identificados pelo EIA na fase de exploração do projeto.

Tabela 9 | Impactes positivos do projeto – fase de exploração

Fator Ambiental	Impacte
Hidrogeologia e Recursos Hídricos	Alterações na dinâmica do escoamento superficial Aumento da taxa de infiltração e recarga de aquíferos
Socioeconomia	Criação/manutenção de postos de trabalho Produção de recurso mineral com elevado valor socioeconómico

Na fase de desativação destaca-se o impacte positivo e significativo ao nível dos Condicionantes e Ordenamento do Território, relacionado com a alteração do uso do solo, no seguimento da introdução de condições ambientais mais favoráveis na área do projeto. Na tabela seguinte listam-se os impactes positivos identificados na fase de desativação do projeto.

Tabela 10 | Impactes positivos do projeto – fase de desativação

Fator Ambiental	Impacte
Solos	Alteração da ocupação do solo
Ecologia	Afluência de espécies faunísticas à área do projeto
Paisagem	Recuperação biofísica e integração paisagística da área do projeto
Condicionantes e Ordenamento do Território	Alteração do uso do solo
Socioeconomia	Criação/manutenção de postos de trabalho

Considerando os impactes positivos identificados, o EIA propõe as seguintes medidas com o objetivo de potenciar os efeitos dos mesmos e de modo a promover a sustentabilidade económica e ambiental do projeto:

- Evitar a dispersão de infestantes, através da sua remoção manual, com posterior enterro dos indivíduos dispersos, ou aplicação mista de controlo químico e remoção manual para as maiores manchas;
- Promover e dar primazia à contratação de mão de obra local;

-
- Promover ações de formação profissional e de sensibilização, de modo a fomentar a qualificação contínua dos trabalhadores.

5 Considerações Finais

O projeto abrange uma área licenciada em 2014 (licença 208/RN), áreas anteriormente intervencionadas adjacentes e áreas contíguas não intervencionadas, com ocupação de pastagem e floresta, na freguesia de Santo Amaro, concelho das Velas, na ilha de São Jorge.

O projeto tem como objetivo ampliar a área de pedreira com licença 208/RN, dos atuais 36 599 m² para uma área total de 152 460 m², com vista à exploração de areias de bagacina, para comercialização enquanto produto tal e qual ou crivado.

O projeto prevê uma vida útil da pedreira de cerca de 30 anos. As operações de desmonte serão realizadas em degrau, originando taludes de altura máxima de 10 m e declive de 60-70°, no sector leste da área de exploração, e um extenso patamar aos 400 m no sector oeste. O processo extrativo será realizado por retroescavadora com pá carregadora. É prevista uma extração média anual na ordem dos 50 000 m³. No final da exploração, o sector oeste da área será recuperado em pastagem e o sector leste em floresta nativa.

O EIA identifica impactes, na sua grande maioria negativos, mas classificados como pouco significativos, e também impactes positivos introduzidos pelo projeto.

Dos impactes negativos e significativos destaca-se a remoção de vegetação nativa e endémica, na fase de construção, e o consumo de um considerável volume de bagacina, a alteração da morfologia da área de exploração e as intrusões visuais e alterações associadas à exploração da pedreira, na fase de exploração.

Dos impactes positivos e significativos destacam-se a produção de recurso mineral com elevado valor socioeconómico, na fase de exploração, e a alteração do uso do solo, no seguimento da introdução de condições ambientais mais favoráveis na área do projeto, na fase de desativação.

O EIA propõe medidas de minimização e de compensação para os impactes negativos identificados, as quais têm como objetivo mitigar os seus efeitos, na perspetiva de fomentar um maior equilíbrio ambiental ao nível da área do projeto e sua envolvente. Do mesmo modo, são estabelecidas medidas de potenciação dos impactes positivos que se perspetivam ser gerados pelo projeto.